

ORDEM DOS ECONOMISTAS



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2015

LISBOA, MARÇO DE 2016

Índice

Mensagem do Bastonário	3
I – Enquadramento Macroeconómico.....	4
II – Actividades Desenvolvidas.....	6
III – Caracterização da Ordem.....	12
IV – Análise da Situação Económica e Financeira.....	14
V – Resultado do Exercício	16
Demonstrações Financeiras	17
Anexo às Demonstrações Financeiras	21

Mensagem do Bastonário

O ano de 2015 foi dominado pelo novo estatuto da Ordem. Após delongas e paragens inexplicáveis, o novo Estatuto das várias Ordens profissionais veio a ser aprovado e publicado na segunda metade do ano. Foi também o que aconteceu com a Ordem dos Economistas, que viu essa publicação em Diário da República no dia 20 de Agosto.

Levar à prática as disposições que o novo Estatuto contem, proceder à implementação de novas medidas e criar uma nova Delegação Regional, são tarefas logo iniciadas mal a publicação oficial foi feita, mas que se estenderão, em toda a sua plenitude, ainda em 2016 e parte do ano de 2017.

Será precisamente nesse ano que se realizarão eleições já inteiramente abrangidas pelas determinações do novo Estatuto.

O número de reuniões e assembleias que foi necessário realizar desde Setembro, vieram a ocupar o último trimestre deste ano e decerto se prolongarão pelo próximo exercício.

Também a Direcção se viu confrontada pela questão das instalações onde está a Ordem e da sua possível alienação pelo proprietário, a Coroa Britânica. Não é exagero dizer que, em várias ocasiões anteriores, a presente Direcção, bem como as duas Direcções anteriores, se viram confrontadas com a possibilidade da venda. Como tal, foi decidido pela Direcção levar o assunto a uma Assembleia Geral, que se veio a realizar em 7 de Julho. A possível evolução deste tão importante assunto só virá a saber-se no próximo exercício.

Mas, quanto às realizações e iniciativas este ano foi muito activo, quer por ter sido ano de Congresso Nacional de Economistas, quer ainda pela terceira edição do Seminário Ibérico, pelos dois Summit da Missão Crescimento em Lisboa e Porto ou ainda pela 9ª edição da Conferência Anual do Turismo, sempre no Funchal e numa iniciativa conseguida da Delegação Regional da Madeira. E muito mais se organizou e resultou, como poderão ver em detalhe no Relatório e Contas.

Ao longo do ano, esteve sempre presente a preocupação de cada vez mais servir os membros e captar novos sócios, nomeadamente através de intervenções e contactos junto das Universidades, discutir em cada momento os assuntos que mais interesse suscitem nos membros, levando em atenção o aspecto regional e continuar a merecer a vossa confiança.

Em termos financeiros, as contas do ano espelham a realidade da situação da Ordem e demonstram, como tem sempre acontecido, a forma escrupulosa e profissional como esta instituição é gerida.

Esperemos que 2016 venha a ser também um exercício de iniciativas bem conseguidas, de aumento do número de membros e de uma quase completa implementação das alterações exigidas pelo novo Estatuto.



Rui Leão Martinho
Bastonário

I – Enquadramento Macroeconómico

Segundo o Banco Mundial, as decisões da comunidade internacional em 2015 terão sido cruciais para o desenvolvimento global a médio e a longo prazo.

Porém, a instabilidade geopolítica, o recrudescimento de conflitos militares, o terrorismo e a crise dos refugiados terão influenciado o comportamento da economia global em 2015, cuja evolução terá sido também condicionada, segundo o Fundo Monetário Internacional, pela desaceleração gradual e reequilíbrio da actividade económica na China, pelos baixos preços da energia e de outras matérias-primas, pelo elevado nível de endividamento dos Estados Unidos e pelo gradual fortalecimento da sua política monetária, ao contrário do observado noutras economias avançadas, onde os bancos centrais optaram pelo alívio dessa mesma política monetária. De salientar, também, a grande volatilidade observada nos mercados financeiros.

De acordo com as estimativas intercalares de Janeiro divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia mundial terá crescido a um ritmo de 3,1%, menos 0,3% em comparação com o ano anterior.

Também de acordo com as mesmas estimativas, a actividade económica no grupo dos países desenvolvidos terá registado uma modesta recuperação (0,1%), sendo a taxa de crescimento de 1,9%.

De sublinhar que no grupo das economias desenvolvidas, e em relação ao ano anterior, os Estados Unidos apresentam um ténue aumento da actividade económica de 0,1%, enquanto a Alemanha cai 0,1%, a França aumenta 0,9% e a Espanha apresenta uma recuperação de 1,8%.

Nos países do bloco emergente e em desenvolvimento, assistiu-se a uma queda da actividade económica de 0,6%, ficando a taxa de crescimento económico nos 4%. De realçar que este indicador cai pelo quinto ano consecutivo e que estas economias têm um peso de cerca de 70% na actividade económica global. Esta tendência será o reflexo de questões de ordem geopolítica, bem como da manutenção de vulnerabilidades estruturais a que se junta o impacto da evolução dos preços das matérias-primas.

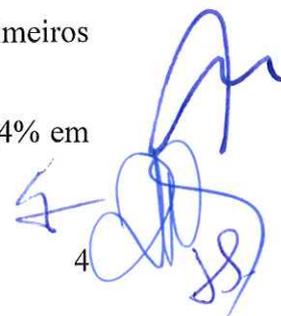
A China, considerada, nos últimos anos, o motor da economia mundial, interrompe o ciclo de expansão da sua economia que cai 0,4%, em relação ao ano anterior.

Em 2015 assistiu-se a uma melhoria gradual da economia da área do euro, cuja recuperação beneficiou da baixa dos preços do petróleo, da depreciação do euro, das decisões do Banco Central Europeu, tendentes a incentivar o crescimento económico na zona euro, onde avulta o designado QE (quantitative easing), e de uma menor restrição orçamental.

No que se refere à economia portuguesa, o ano de 2015 caracteriza-se por uma recuperação gradual da actividade, por uma melhoria do mercado de trabalho e pelo ajustamento das contas externas.

De acordo com os dados do INE, a economia portuguesa cresceu 1,5% nos primeiros nove meses de 2015, em comparação com igual período do ano anterior.

Também no mesmo período, o consumo privado cresceu 2,7%, ou seja, mais 0,4% em relação ao período homólogo do ano anterior, aumentando o seu peso no PIB.



4

De sublinhar que o comportamento do consumo privado não se tem traduzido num aumento do endividamento das famílias.

No mercado de trabalho, os primeiros nove meses do ano, revelam uma desaceleração do crescimento da população empregada, menos 1% em relação a igual período de 2014, e um menor decréscimo da população desempregada, de -15,6% para -11,5%.

A taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2015 situava-se em 11,9%, encontrando-se inscritos nos centros de emprego, segundo o IEFP, cerca de 555 mil desempregados. A população desempregada foi estimada em 618,8 mil pessoas.

Na frente orçamental continuaram os esforços no sentido da redução do défice, que se estima que tenha ficado ainda acima dos 3%, permanecendo Portugal, segundo os critérios da União Europeia, ao abrigo do procedimento por défices excessivos.

O rácio da dívida pública situou-se nos 122% do PIB, quando em 2014 alcançou os 130,2% do PIB.

Na data em que este relatório é apresentado não se dispõe ainda de dados mais actualizados no domínio macroeconómico.



II – Actividades Desenvolvidas

No âmbito das linhas programáticas da Direcção, assim como do Plano de Actividades para 2015, a Ordem levou a efeito, neste primeiro ano do mandato da actual Direcção, um conjunto de iniciativas e de realizações, das quais destacamos:

1. Reforço da prestação de serviços aos Associados e incremento dos benefícios e parcerias

Procedeu-se à actualização do “Guia dos Protocolos”, disponível no portal da Ordem, o qual atingiu os 533 acordos, abrangendo os mais diversos bens e serviços.

2. Bolsa de Emprego, Primeiro Emprego e Estágios

Consolidaram-se os acordos com as empresas Hays e Michael Page para a disponibilização, através do portal da Ordem, de anúncios de oferta de emprego.

Em resultado da cooperação com o Centro Jacques Delors, procedeu-se à divulgação aos Membros da abertura de concursos para o preenchimento de vagas em organismos públicos internacionais.

3. Aproximação às Universidades e fortalecimento do relacionamento com as Associações Estudantis

No decurso de 2015 foram estabelecidos acordos com Universidades, visando a obtenção de melhores condições para os Membros na frequência de acções de formação, fomentando-se, deste modo, a formação ao longo da vida.

Manteve-se o relacionamento com a AIESEC - Associação Internacional dos Estudantes de Economia, tendo as instalações da Sede acolhido as reuniões desta Associação.

4. Aprofundamento e cooperação com outras Instituições e Entidades nacionais e internacionais

4.1 A Associação Missão Crescimento, de que são membros fundadores o Fórum de Administradores de Empresas, a Ordem dos Economistas, a Ordem dos Engenheiros e o Projecto Farol, e que tem como objectivo dinamizar o debate e promover iniciativas que visem a identificação de acções e medidas para o crescimento da economia portuguesa, concretizou, em 2015, o seu programa de acção, do qual se salienta a publicação

trimestral de um Boletim temático, a realização de workshops e a divulgação pública das medidas que a Associação considera cruciais para o incremento do crescimento económico.

Foi ainda publicada e distribuída, gratuitamente, aos membros interessados, uma brochura com todo o trabalho desenvolvido pela Missão Crescimento.

4.2 Manteve-se o relacionamento com o Colégio dos Economistas de Espanha, com vista à promoção do debate e realização de iniciativas conjuntas relacionadas com a situação económica e social em Portugal e em Espanha, que culminou com a realização do III Seminário Ibérico de Economistas, que decorreu em Barcelona, em 25 de Junho.

4.3 A Ordem manteve a participação regular nas reuniões do CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais, cuja participação activa esteve na base de muitas das suas iniciativas.

De assinalar que o nosso Bastonário foi eleito membro efectivo do CES – Conselho Económico e Social, em representação do CNOP.

5. Acções de formação em e-Learning

Em resultado do estabelecimento duma parceria da Ordem com a Unyleya, realizaram-se, em 2015, diversas acções de formação, em e-Learning, que contaram com 150 inscrições de membros da Ordem.

6. Prémio “António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”

Pelo segundo ano consecutivo e com o patrocínio da PriceWaterhouseCoopers e o apoio do jornal Económico, a Ordem atribuiu o “Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”.

O Júri constituído pelo Bastonário e pelo vogal da Direcção António Mendonça, por Cesaltina Pires, da Universidade de Évora, por Jorge Braga de Macedo, da Nova SBE, por José Alves e Cristina Tomé, representantes da PWC, e por Madalena Queirós, do Económico, premiou ex-aequo as teses:

“Entrepreneurship Dynamics: Entry, Survival and Firm Growth”, de Vera Catarina Barros Rocha, doutorada em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade

do Porto e “Three Essays on Innovation: The Moderating Roles of Reputation for Innovation, CSR Principals And Managerial Perceptions of Environmental Turbulance” de Cláudia Costa, Doutorada em Gestão pela NOVA SBE.

A cerimónia de entrega do “Prémio António Simões Lopes” teve lugar no decurso do 6.º Congresso Nacional dos Economistas.

7. Prossecução do processo de Regionalização da Ordem

Foi mantido e reforçado o apoio às iniciativas das Delegações Regionais e da Comissão Instaladora da Delegação Regional do Algarve, nomeadamente através da participação do Bastonário nas iniciativas locais.

8. Modernização dos Serviços da Ordem

Proseguiu-se o trabalho de racionalização e modernização dos Serviços da Ordem, no sentido de se atingir uma maior eficiência dos serviços prestados aos Membros, a par de uma redução de custos.

A entrada em vigor do Estatuto da Ordem determinou a necessidade de se dispor de novos formulários electrónicos e de diferentes processos de gestão, tendo sido iniciado, no final do ano, o processo de implementação das respectivas funcionalidades informáticas.

9. Publicações

Manteve-se o acordo com a Polimeios, empresa editora das publicações “Cadernos de Economia” e “O Economista-Anuário da Economia Portuguesa”, para a sua disponibilização online, no portal da Ordem, gratuitamente e em exclusivo para os Membros.

10. Participação em debates televisivos e programas de divulgação económica

Manteve-se a colaboração regular da Ordem com o canal de televisão Etv, através da participação semanal do Bastonário em diversos programas, bem como de Membros da Ordem e de outros convidados.

De registar, ainda, a intervenção do Bastonário em diversos meios da comunicação social.

11. Eventos

6.º Congresso Nacional dos Economistas

Decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 8 e 9 de Julho, o 6.º Congresso Nacional dos Economistas, subordinado ao tema “Portugal na Encruzilhada da Europa: As Empresas e o Futuro da Economia”, que contou com a participação, na cerimónia de abertura, do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, Artur Santos Silva.

Também na cerimónia de abertura teve lugar a entrega dos “Prémios Carreira” aos Colegas Luís Mira Amaral e Miguel Cadilhe, assim como do “Prémio António Simões Lopes – Melhor Tese de Doutoramento em Economia e Gestão”, como já anteriormente referido.

As possíveis evoluções da economia portuguesa e da economia europeia; como melhorar a atractividade da economia portuguesa e das empresas aos olhos dos investidores externos; como ultrapassar as actuais dificuldades de financiamento; e como poderão as empresas portuguesas competir à escala global, foram os principais temas abordados nos seguintes painéis e oradores:

- **O Futuro da Economia Portuguesa no Contexto Global**, por António Pires de Lima, Ministro da Economia;
- **Os Desafios da Economia Portuguesa no Contexto Europeu e Global**, tendo como oradores João César das Neves, João Salgueiro, Joaquim Aguiar, Luciano Amaral e Miguel Cadilhe e como moderador António Mendonça;
- **A Atractividade da Economia Portuguesa e das Empresas, a Perspectiva de Investidores Externos**, com a participação de Jörg Heinermann, João Zúquete da Silva, Miguel Frasquilho, Paul Van Rooij, como oradores, e de Ricardo Arroja, como moderador;
- **Os Desafios das Empresas Portuguesas, Crescimento Global e Conectividade**, contou com a intervenção de Carlos Alves, Diogo da Silveira, Francisco Lacerda e Luís Mira Amaral e, como moderador, Luís Sítima;

- **A Importância da Governança nas Empresas no Futuro**, com a participação dos oradores António Gomes Mota, Gonçalo Moura Martins, Nuno Martins e do moderador Raúl Marques;

- **Challenges for a stability oriented framework of the European Monetary Union**, com a apresentação de Karsten Wendorff, economista e Conselheiro do Presidente do Bundesbank;

- **Os Modelos de Financiamento e o Crescimento Empresarial**, com a intervenção dos oradores José Figueiredo, Luís Laginha de Sousa, Miguel Caldeira Cabral, Maria Eugénia Mata e Nuno Martins, sendo moderador Raúl Marques.

III Seminário Ibérico de Economistas

Realizado em Barcelona, em Junho, conforme já atrás referido, e tendo como objectivo discutir a relação de Portugal e de Espanha no contexto da União Europeia, assim como a convergência de interesses dos dois países, foram abordadas questões potenciadoras de uma maior colaboração bilateral.

O Seminário contou com a participação, pelo lado português, do Bastonário, do vogal da Direcção, António Mendonça e do Presidente da AICEP, Miguel Frasquilho.

Por parte de Espanha, participaram o Presidente e o membro da Comissão Permanente do Consejo General dos Economistas de España, para além de prestigiados Economistas.

Ciclo de Conversas “Emprego e Sustentabilidade Social”

Em parceria com a Revista Economia e Segurança Social, realizou-se um ciclo de duas Conversas, moderadas pelo jornalista Paulo Ferreira, sob os seguintes temas:

- Empregabilidade e desemprego estrutural; e
- Inovação e Flexibilidade do Emprego.

Conferência “Portugal after de Adjustment Program: What are the right policy priorities?”

Por ocasião da saída de Portugal do programa de ajustamento, a Ordem realizou uma Conferência sob o tema acima mencionado e que teve como orador principal Subir Lall, Chefe da Delegação do FMI para Portugal, e como moderador Rui Peres Jorge.

Summit “Missão Crescimento”

No âmbito da Associação Missão Crescimento, referida atrás, foram realizados dois Summit nas cidades de Lisboa e Porto.

Conferência com o Presidente do Bundesbank

Em parceria com a Embaixada Alemã e com o apoio do Banco de Portugal, realizou-se uma Conferência que teve como orador Jens Weidmann.

Fim de Tarde na Ordem

Foi prosseguida a realização dos “Fim de Tarde na Ordem” que, em 2015, contou com as participações de José Manuel Fernandes, João Leão, Joaquim Aguiar, Fernando Faria de Oliveira, João Duque, Sandro Mendonça e Rui Vinhas da Silva.

12. Contactos com outras Instituições

Foram desenvolvidos, ao longo do ano, contactos com diversas instituições e empresas, com o objectivo de realização de actividades conjuntas, das quais realçamos o Banco de Portugal, a Caixa Geral de Depósitos, a PwC, o IPCG, a APAF e a Revista de Economia e Segurança Social.



11

III – Caracterização da Ordem

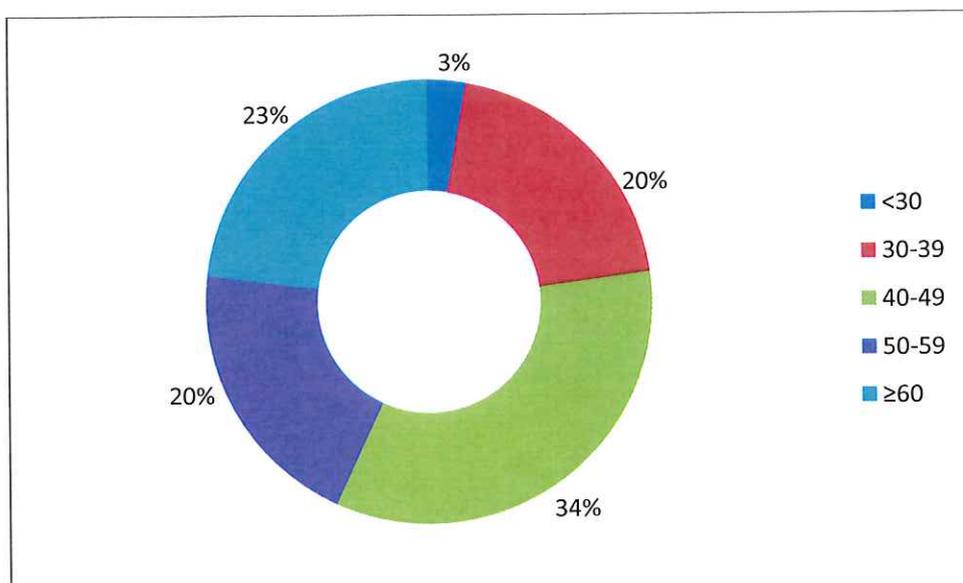
1. Membros

O número de Economistas inscritos na Ordem, em 31 de Dezembro de 2015, era de 11.521, distribuídos pelos seguintes Colégios da Especialidade:

Colégio de Especialidade		Efectivos	Estagiários	Suspensos	Total
Economia Política	Economia Política	3.259	172	28	3.459
	Análise Financeira	18			18
	Auditoria	15			15
	Análise Financeira/Auditoria	2			2
Economia e Gestão Empresariais	Economia e Gestão Empresariais	7.409	445	75	7.929
	Análise Financeira	43			43
	Auditoria	46	1		47
	Análise Financeira/Auditoria	8			8
Total		10.800	618	103	11.521

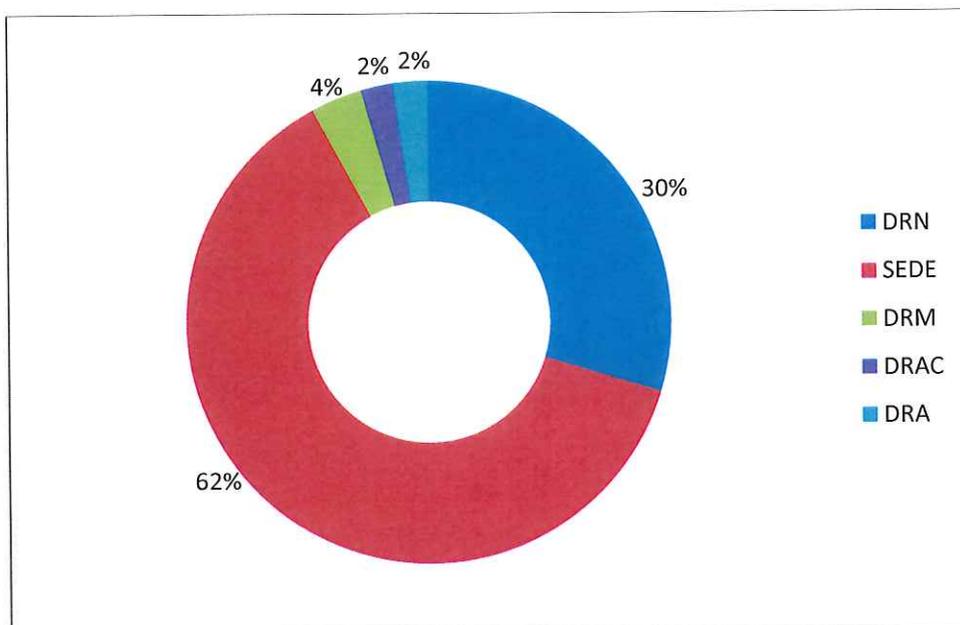
Da análise da distribuição dos Membros, por faixa etária, conclui-se que a faixa dos 40 aos 49 anos é a que apresenta maior importância (34%).

Distribuição dos Membros por Faixa Etária



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 12.

No que se refere à distribuição, dos Membros por Delegação Regional, salienta-se o peso da Sede com 62% e da Delegação Regional do Norte com 30% do total.



Handwritten signatures and the number 13.

IV – Análise da Situação Económica e Financeira

1. Situação Económica

A evolução da situação económica da Ordem encontra-se reflectida no quadro seguinte:

	2015 (a)	2014 (b)	Varição (a)-(b)	(em euros) %
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	467.432,51	427.413,73	40.018,78	9,36
GASTOS COM O PESSOAL	390.451,53	401.554,09	-11.102,56	-2,76
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	31.814,71	31.260,90	553,81	1,77
PERDAS POR IMPARIDADE	149.864,20	139.231,23	10.632,97	7,64
OUTROS GASTOS E PERDAS	31.206,79	16.595,02	14.611,77	88,05
TOTAL DE GASTOS	1.070.769,74	1.016.054,97	54.714,77	5,39
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	888.240,00	887.340,00	900,00	0,10
Jóias	3.525,00	2.975,00	550,00	18,49
Inscrições em Eventos	13.455,00	5.844,70	7.610,30	130,21
Outros Proveitos	28.801,05	3.115,11	25.685,94	824,56
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	91.959,15	83.932,92	8.026,23	9,56
REVERSÕES	15.919,89	0,00	15.919,89	
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	17.596,25	12.215,33	5.380,92	44,05
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	34.398,55	54.448,75	-20.050,20	-36,82
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.093.894,89	1.049.871,81	44.023,08	4,19
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	23.125,15	33.816,84	-10.691,69	-31,62

2. Execução Orçamental

Na demonstração dos resultados abaixo é apresentada a comparação entre o Orçamento e o Real, em 2015:

(em euros)

	2015		Variação (b)-(a)	%
	Orçamento (a)	Real (b)		
GASTOS				
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	454.365,00	467.432,51	13.067,51	2,80
GASTOS COM O PESSOAL	396.259,00	390.451,53	-5.807,47	-1,49
GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	35.000,00	31.814,71	-3.185,29	-10,01
PERDAS POR IMPARIDADE	145.000,00	149.864,20	4.864,20	3,25
OUTROS GASTOS E PERDAS	28.600,00	31.206,79	2.606,79	8,35
TOTAL DE GASTOS	1.059.224,00	1.070.769,74	11.545,74	1,08
RENDIMENTOS				
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS				
Quotas	887.360,00	888.240,00	880,00	0,10
Jóias		3.525,00	3.525,00	100,00
Inscrições em Eventos	4.114,00	13.455,00	9.341,00	69,42
Outros Proveitos		28.801,05	28.801,05	100,00
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	141.785,00	91.959,15	-49.825,85	-54,18
REVERSÕES	8.000,00	15.919,89	7.919,89	49,75
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	2.700,00	17.596,25	14.896,25	84,66
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES	26.200,00	34.398,55	8.198,55	23,83
TOTAL DE RENDIMENTOS	1.070.159,00	1.093.894,89	23.735,89	2,17
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	10.935,00	23.125,15	12.190,15	52,71

3. Situação Financeira e de Tesouraria

A Ordem continua a apresentar uma boa situação financeira, atingindo o Fundo Patrimonial o montante de 2.949.205,37 euros, conforme Balanço, em 31 de Dezembro de 2015.

A Tesouraria continuou a registar uma evolução positiva.

4. Investimento

O valor dos investimentos, em 2015, foi de 14.376,78 euros, referente à aquisição de equipamento básico e informático.


15

V – Resultado do Exercício

Em 2015, foi apurado um resultado positivo de 23.125,15 euros (vinte e três mil cento e vinte e cinco euros e quinze cêntimos).

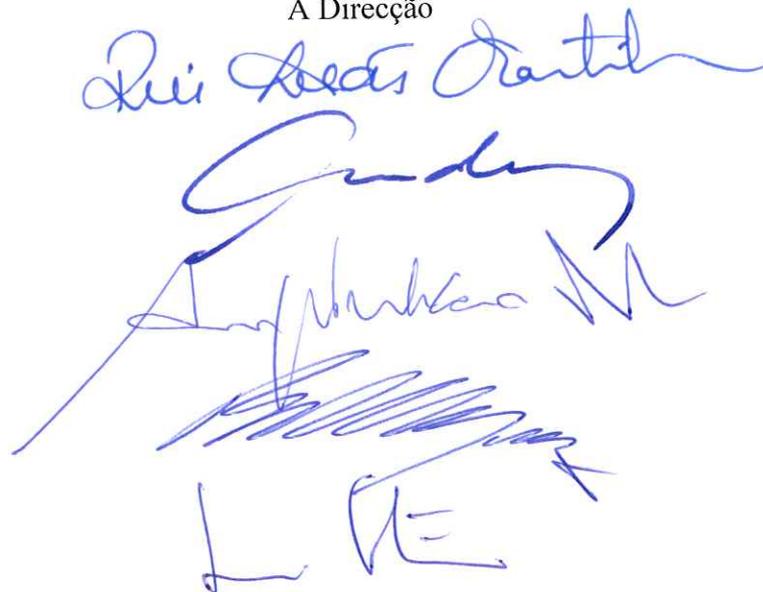
Este resultado encontra justificação, fundamentalmente, na despesa adicional com a realização de eleições para a Assembleia Representativa, reflectida em Fornecimentos e Serviços Externos, bem como a realização do 6.º Congresso Nacional, cujo valor de patrocínios ficou aquém do verificado em anos anteriores.

Por outro lado, há a referir que, no exercício de 2015, procedeu-se à reversão de 14.194,66 euros (catorze mil cento e noventa e quatro euros e sessenta e seis cêntimos) relativo a um saldo credor da APEC, com muita antiguidade, que se entendeu não ser exigível.

Tal como em anos anteriores, propõe-se que o resultado do exercício seja transferido para o Fundo Patrimonial.

Lisboa, 2 de Março de 2016

A Direcção



Rui Beas Duarte
G. de
A. de
L. de

Demonstrações Financeiras

Balanco

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	93.722,29	91.489,66
Activos intangíveis	6	11.152,98	31.982,50
		104.875,27	123.472,16
Activo corrente			
Adiantamentos a Fornecedores	13		2.428,20
Estado e outros entes públicos	12	4.451,15	1.039,95
Associados	8	181.340,77	168.722,14
Outras contas a receber	9	28.480,41	16.613,39
Diferimentos	10	20.506,75	22.315,03
Outros ativos financeiros	7		384.702,43
Caixa e depósitos bancários	4	2.720.948,35	2.341.676,77
		2.955.727,43	2.937.497,91
Total do activo		3.060.602,70	3.060.970,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	2.926.080,22	2.892.263,38
Resultado líquido do período		23.125,15	33.816,84
Total do fundo de capital		2.949.205,37	2.926.080,22
Passivo			
Passivo não corrente		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	13	33.667,21	43.205,30
Estado e outros entes públicos	12	13.951,80	23.363,31
Diferimentos		909,11	0,00
Outras contas a pagar	14	62.869,21	68.321,24
		111.397,33	134.889,85
Total do passivo		111.397,33	134.889,85
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.060.602,70	3.060.970,07

Direcção

Contabilista Certificado

Luís Carlos Santos

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]

Demonstração de Resultados por Natureza

(em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-12-2015	31-12-2014
Vendas e serviços prestados	15	934.021,05	899.274,81
Subsídios, doações e legados à exploração	16	91.959,15	83.932,92
Fornecimentos e serviços externos	17	(467.432,51)	(427.413,73)
Gastos com o pessoal	18	(390.451,53)	(401.554,09)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8; 19	(133.944,31)	(139.231,23)
Outros rendimentos e ganhos	20	51.994,80	66.664,08
Outros gastos e perdas	21	(31.206,79)	(16.595,02)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		54.939,86	65.077,74
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6; 22	(31.814,71)	(31.260,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		23.125,15	33.816,84
Resultado antes de impostos		23.125,15	33.816,84
Resultado líquido do período		23.125,15	33.816,84

Direcção

Contabilista Certificado

Luís Carlos Santos
[Signature]
[Signature]
[Signature]

[Signature]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

(em euros)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31-12-2015	31-12-2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de associados		894.304,48	856.637,70
Pagamentos a fornecedores		(464.571,99)	(436.035,74)
Pagamentos ao pessoal		(390.429,06)	(407.565,63)
Caixa gerada pelas operações		39.303,43	13.036,33
Outros recebimentos/pagamentos		(64.428,67)	(45.501,39)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(25.125,24)	(32.465,06)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	5	(14.376,78)	(5.587,68)
<i>Ativos intangíveis</i>	6		
Recebimentos provenientes de:			
<i>Juros e rendimentos similares</i>	20	34.398,55	54.448,75
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		20.021,77	48.861,07
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Juros e gastos similares</i>		(327,38)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(327,38)	
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(5.430,85)	16.396,01
<i>Reclassificação Outros Invest. Financeiros - Ativo Corrente Curto prazo</i>	7		375.000,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4;7	2.726.379,20	2.334.983,19
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4;7	2.720.948,35	2.726.379,20

Direção

Diego Soares Duarte
André
António
Luís

Contabilista Certificado

J. G. L.

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2014

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	11	2.834.357,30	57.906,08	2.892.263,38	2.892.263,38
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			(57.906,08)	(57.906,08)	(57.906,08)	
	2		(57.906,08)	(57.906,08)	(57.906,08)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	11	33.816,84	33.816,84	33.816,84	
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3		(24.089,24)	(24.089,24)	(24.089,24)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		11	57.906,08	57.906,08	57.906,08	
	5		57.906,08	57.906,08	57.906,08	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	11	2.892.263,38	33.816,84	2.926.080,22	2.926.080,22

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2015

(em euros)

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Resultado Líquido do Período	Total	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	11	2.892.263,38	33.816,84	2.926.080,22	2.926.080,22
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		11	(33.816,84)	(33.816,84)	(33.816,84)	
	7		(33.816,84)	(33.816,84)	(33.816,84)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8	11	23.125,15	23.125,15	23.125,15	
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8		(10.691,69)	(10.691,69)	(10.691,69)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						
Outras Operações		11	33.816,84	33.816,84	33.816,84	
	10		33.816,84	33.816,84	33.816,84	
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	6+7+8+10	11	2.926.080,22	23.125,15	2.949.205,37	2.949.205,37

Direcção

Qui Seas dante
Qu den
Amfubkcah
LU

Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

Anexo às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação da Entidade

A Ordem dos Economistas, sediada na Rua da Estrela, n.º 8, 100-669 Lisboa, é uma associação profissional de direito público, constituída pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de Junho, visando a valorização profissional dos Economistas, sendo assim a entidade que disciplina, salvaguarda os valores e cria as condições de enquadramento e valorização técnico-profissional destes profissionais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente, foram utilizadas normas aplicáveis às Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações são aplicadas, supletivamente e pela ordem indicada: as Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento CE N.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se, como base, os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade:

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acréscimo):

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as características qualitativas da:

- Comparabilidade:

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, adoptados a 31 de Dezembro de 2015, são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras, em 31 de Dezembro de 2014.

- Fiabilidade:

A informação encontra-se isenta de erros materiais e de preconceitos, representando fidedignamente o resultado das operações da Entidade.

- Compreensibilidade e Relevância:

As demonstrações financeiras são compreensíveis, encontrando-se incluída toda a informação considerada relevante para a tomada de decisão dos seus utilizadores.

- Compensação:

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Materialidade e agregação:

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogados e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas disposições do SNC.

2.3 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os conteúdos das contas do balanço e da demonstração dos resultados são comparáveis com os do período anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

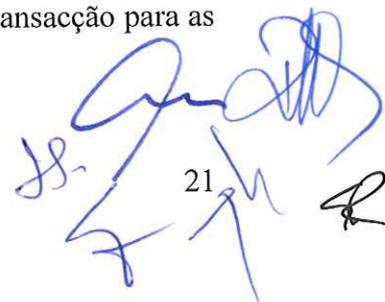
As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.



Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de “Juros e rendimentos similares obtidos” se favoráveis ou “Juros e gastos similares suportados” se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em “Outros rendimentos e ganhos” se favoráveis e “Outros gastos ou perdas” se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

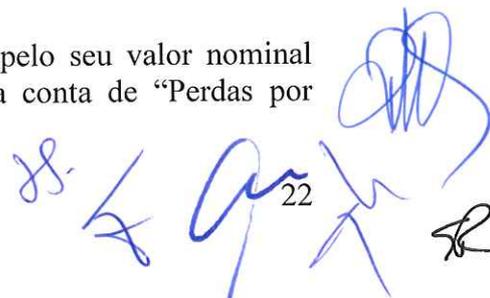
- Imposto sobre o rendimento

A Ordem dos Economistas encontra-se isenta de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do CIRC, de acordo com o despacho do Ministério das Finanças, de 30 de Março de 1990.

- Outros valores a receber

As contas de “Outros valores a receber” estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de “Perdas por

88. 22



imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflectam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito proveniente das prestações de serviços (jóias, quotas, inscrições em eventos e outros) apenas é reconhecido quando: i) são emitidas para cobrança (periodicidade anual ou semestral), ii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, iii) seja provável que os benefícios económicos associados com as transacções fluam para a Entidade e (iv) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

As prestações de serviços são reconhecidas pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo, pelo que são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Diferimentos” ou “Outras contas a pagar ou a receber”.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

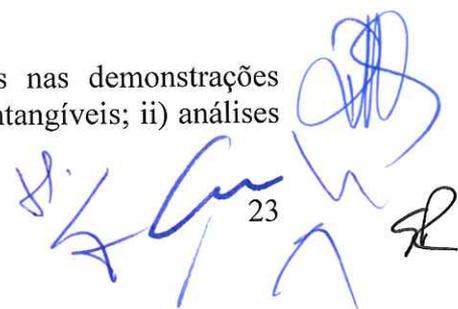
- Subsídios

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assumções, consideradas pela Direcção, foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas, mais significativas e reflectidas nas demonstrações financeiras, incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber.



23

De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor das perdas por imparidade, nas dívidas dos associados, corresponde ao total dessas dívidas até ao final do exercício anterior.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram, posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

- Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

4. Caixa e depósitos bancários

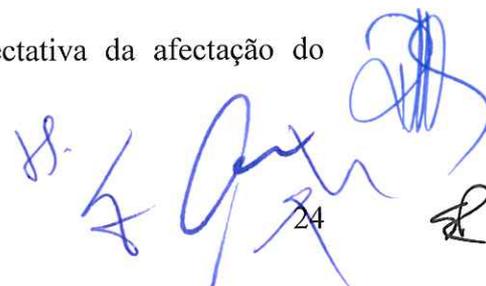
Desagregação dos valores inscritos e dos movimentos ocorridos na rubrica de caixa e depósitos bancários:

(em euros)

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 082,08	21 818,08	21 858,54	1 041,62
Depósitos à ordem	61 594,69	8 390 526,22	8 315 714,18	136 406,73
Outros depósitos bancários	2 279 000,00	5 416 500,00	5 112 000,00	2 583 500,00
Total	2 341 676,77	13 828 844,30	13 449 572,72	2 720 948,35

5. Activos fixos tangíveis

- a) Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas;
- b) As depreciações foram efectuadas pelo método da linha recta, em sistema de duodécimos;
- c) Vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afectação do desempenho.



24

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos activos fixos

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2015	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2015
Terrenos e recursos naturais	10.599,46	0,00	0,00	10.599,46
Edifícios e outras construções	97.377,85	0,00	0,00	97.377,85
Equipamento administrativo	421.570,68	13.786,90	15.589,01	419.768,57
Outros activos fixos tangíveis	59.314,15	589,88	0,00	59.904,03
Total	588.862,14	14.376,78	15.589,01	587.649,91

Movimentações nas depreciações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2015	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2015
Edifícios e outras construções	76.062,03	964,54	0,00	77.026,57
Equipamento administrativo	399.201,43	9.083,28	14.430,05	393.854,66
Outros activos fixos tangíveis	22.109,02	937,37	0,00	23.046,39
Total	497.372,48	10.985,19	14.430,05	493.927,62

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2015	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2015
Valor líquido dos activos fixos tangíveis	91.489,66	3.391,59	1.158,96	93.722,29

5.2 Outras divulgações

Descrição	Base Mensuração	Método Depreciação	Vida Útil	Taxa Depreciação
Terrenos e recursos naturais	Custo de aquisição	-	-	-
Edifícios e outras construções	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 50 anos	2 a 20 %
Equipamento administrativo	Custo de aquisição	Linha recta	1 a 10 anos	10 a 100 %
Outros activos fixos tangíveis	Custo de aquisição	Linha recta	5 a 8 anos	12,50 a 20 %

25

6. Activos intangíveis

6.1 Divulgações para cada classe de activos intangíveis, conforme quadros seguintes:

Movimentações nos activos intangíveis

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2015	Aumentos	Transferências e Abates	Saldo Final 31-12-2015
Programas de computador	258.300,46	0,00	0,00	258.300,46
Propriedade industrial	1.444,33	0,00	0,00	1.444,33
Total	259.744,79	0,00	0,00	259.744,79

Movimentações nas amortizações

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2015	Reforço	Regularizações	Saldo Final 31-12-2015
Programas de computador	227.762,29	20.829,52	0,00	248.591,81
Total	227.762,29	20.829,52	0,00	248.591,81

(em euros)

Descrição	Saldo Inicial 01-01-2015	Saldo Final 31-12-2015
Valor líquido dos activos intangíveis	31.982,50	11.152,98
Total	31.982,50	11.152,98

6.2 Outras divulgações

Descrição	Base mensuração	Método depreciação	Vida útil	Taxa depreciação
Programas de computadores	Custo de aquisição	Linha recta	3 a 6 anos	16,66 – 33,33 %
Propriedade industrial	Custo de aquisição	não definida		0 %

7. Outros Activos Financeiros

No decorrer do ano 2015 as aplicações financeiras no Montepio e no Banco Best foram convertidas em depósitos a prazo.

26



(em euros)

Outros Activos Financeiros	31/12/2015	31/12/2014	Varição
Correntes			
Fundo Tesouraria Montepio	0,00	9 702,43	-9 702,43
Fundo Banco BEST	0,00	375 000,00	-375 000,00
Total	0,00	384 702,43	-384 702,43

8. Associados

A rubrica Associados apresenta um valor de 181.340,77 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Rubrica	31/12/2015	31/12/2014	Varição
Quotas em dívida	871 945,19	741 359,42	130 585,77
Imparidades	-684 027,20	-565 429,68	-118 597,52
Saldo a Favor dos Associados	-6 577,22	-7 207,60	630,38
Total	181 340,77	168 722,14	12 618,63

8.1 Quotas em dívida

O valor de quotas em dívida ascendia a 871.945,19 euros, com a seguinte decomposição anual:

(em euros)

Ano	Quotas em dívida 31-12-2015	Quotas em dívida 31-12-2014	Varição	Quotas com Perdas por Imparidade Reconhecidas a 31-12-2015
2015	187.917,99	-	187.917,99	0,00
2014	149.864,20	175.929,74	-26.065,54	149.864,20
2013	128.509,38	139.231,23	-10.721,85	128.509,38
2012	109.035,70	116.665,70	-7.630,00	109.035,70
2011	82.669,20	87.489,20	-4.820,00	82.669,20
2010	66.744,37	69.775,60	-3.031,23	66.744,37
2009	53.700,60	55.473,92	-1.773,32	53.700,60
2008	40.488,69	41.858,11	-1.369,42	40.488,69
2007	21.144,68	21.883,14	-738,46	21.144,68
2006	13.904,78	14.458,66	-553,88	13.904,78
2005	8.889,25	9.203,51	-314,26	8.889,25
2004	5.656,77	5.896,21	-239,44	5.656,77
2003	2.847,95	2.922,77	-74,82	2.847,95
2002	556,66	556,66	0,00	556,66
2001	14,97	14,97	0,00	14,97
Total	871.945,19	741.359,42	130.585,77	684.027,20

8.2 Perdas por imparidade acumuladas

As perdas acumuladas atingem o valor de 684.027,20 euros, conforme quadro seguinte:

(em euros)

Perdas por imparidade	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
31/12/2015	565 429,68	149 864,20	-31 266,68	684 027,20
31/12/2014	450 929,88	139 231,23	-24 731,43	565 429,68
Varição	114 499,80	10 632,97	-6 535,25	118 597,52

8.3 Valor a favor dos sócios

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor relativo a saldos a favor dos sócios ascendia a 6.577,22 euros.

9. Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Outras Contas a Receber” apresentava o valor de 28.480,41 euros, relativos a:

Devedores por acréscimo de rendimentos – Juros a receber – 6.401,73 euros, decomposição por entidade bancária (ver nota 20.1)

(em euros)

Devedores Diversos.	Valor
Juros a Receber	6 401,73
AXA Portugal, S.A	20 000,00
PricewaterhouseCoopers&Assoc.	138,68
Eletricidade dos Açores	590,00
Administração Sol – Mar, Lda	1 350,00
Total	28.480,41

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor de pagamentos antecipados ascendia a 20.506,75 euros, representativo de gastos do ano de 2016 pagos no ano de 2015, com a seguinte decomposição:

28

(em euros)

Descrição	Valor
Licenças de Software	9 442,00
Rendas	1 451,65
Seguros	1 093,97
Livros (Delegação Regional da Madeira)	7 917,21
Outros gastos a reconhecer	601,92
Total	20 506,75

11. Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1 Fundo Associativo

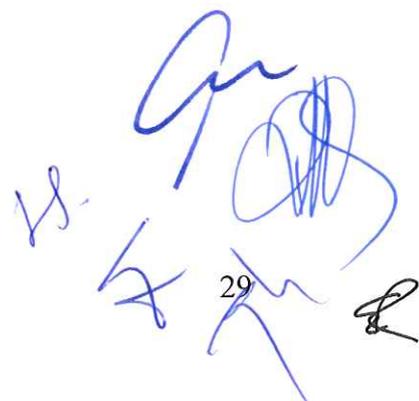
Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, a rubrica Fundo Associativo apresentava a seguinte decomposição:

(euros)

Fundos Patrimoniais	31/12/2015	31/12/2014	Varição
Fundo Patrimonial	2 926 080,22	2 892 263,38	33 816,84
Resultado Líquido do Período	23 125,15	33 816,84	-10 691,69
Total	2 949 205,37	2 926 080,22	23 125,15

11.2 Outras divulgações exigidas por diplomas legais

A Ordem apresenta a sua situação regularizada perante as Finanças e a Segurança Social, tendo liquidado as suas obrigações fiscais nos prazos legalmente estipulados.



29

12. Estado e Outros Entes Públicos

Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições:

(em euros)

Descrição	Saldo Devedor do período	Saldo Credor do período	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Retenção na Fonte Efetuada por Terceiros	0,00	0,00	1 039,95	0,00
Retenção de impostos sobre rendimentos	0,00	6 766,09	0,00	6 680,04
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	4 451,15	0,00	0,00	9 433,98
Contribuições para a Segurança Social	0,00	7 185,71	0,00	7 249,29
Total	4 451,15	13 951,80	1 039,95	23 363,31

13. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica de Fornecedores apresentava o valor de 33.667,21€ relativo a dívidas de conta corrente a fornecedores.

14. Outras Contas a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2015, a rubrica “Outras Contas a Pagar” apresentava o valor de 62.658,53 euros, relativos a:

(em euros)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Acréscimo de gastos com remunerações a liquidar em 2015	51 060,39	50 525,81
Credores diversos	3 641,50	17 034,66
Outros Acréscimos de gastos	1 717,32	262,77
Quotas Associação Missão Crescimento (2.º Semestre 2015)	6 000,00	0,00
Consumos a liquidar	450,00	498,00
Total	62 869,21	68 321,24

Handwritten signature and date 30.

15. Vendas e Serviços Prestados

O rédito da categoria Vendas e Serviços Prestados é decomposto por:

(em euros)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação
Quotas	888 240,00	887 340,00	900,00
Jóias	3 525,00	2 975,00	550,00
Inscrições em eventos	13 455,00	5 844,70	7 610,30
Formação E-Learning	25 400,00	0,00	25 400,00
Livros (Delegação Regional da Madeira)	3 112,75	2 174,56	938,19
Outros	288,30	940,55	-652,25
Total	934 021,05	899 274,81	34 746,24

16. Subsídios à Exploração

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor registado de 91.959,15 relativo a Subsídios à Exploração é decomposto por vários valores, atribuídos por diversas entidades à Ordem dos Economistas no âmbito de patrocínio a eventos e protocolos estabelecidos.

(em euros)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Variação
Subsídios à exploração	91 959,15	83 932,92	8 026,23
Total	91 959,15	83 932,92	8 026,23

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the number 31.

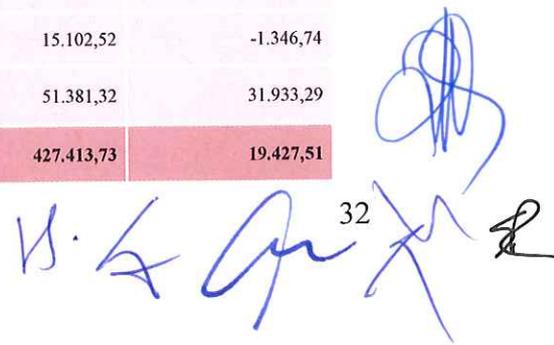
17. Fornecimentos e Serviços Externos Outras informações

Discriminação dos Fornecimentos e Serviços Externos

(em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014	Variações
Subcontratos	20.591,27	0,00	20.591,27
E-Learning	20.591,27	0,00	20.591,27
Serviços especializados	212.222,53	230.910,90	-18.688,37
Trabalhos especializados	64.762,27	80.412,82	-15.650,55
Publicidade e propaganda	7.215,44	14.421,18	-7.205,74
Vigilância e segurança	405,38	210,59	194,79
Honorários	126.433,13	124.048,44	2.384,69
Conservação e reparação	5.201,49	3.121,22	2.080,27
Outros	8.204,82	8.696,65	-491,83
Materiais	47.033,80	27.357,53	19.676,27
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4.710,32	630,87	4.079,45
Livros e documentação técnica	23.188,40	12.054,49	11.133,91
Material de escritório	16.725,73	13.933,47	2.792,26
Artigos para oferta	2.409,35	738,70	1.670,65
Energia e fluidos	13.607,70	10.790,74	2.816,96
Electricidade	11.209,32	9.220,24	1.989,08
Água	2.398,38	1.570,50	827,88
Deslocação, estadas e transportes	8.521,90	8.316,09	205,81
Deslocações e estadas	7.900,32	7.765,00	135,32
Transporte de mercadorias	510,30	334,19	176,11
Outros	111,28	216,90	-105,62
Serviços Diversos	165.455,31	150.038,47	15.416,84
Rendas e Alugueres	25.017,47	35.696,41	-10.678,94
Comunicação	41.361,47	47.669,59	-6.308,12
Seguros	712,68	188,63	524,05
Contencioso e Notariado	1.224,00	0,00	1.224,00
Despesas de representação	69,30	0,00	69,30
Limpeza, higiene e conforto	13.755,78	15.102,52	-1.346,74
Outros serviços (Eventos/Conferências/Congressos)	83.314,61	51.381,32	31.933,29
Total	467.432,51	427.413,73	19.427,51

32



18. Gastos com o Pessoal

18.1 Pessoal ao serviço da Ordem

O quadro de pessoal da Ordem, Sede e Delegações Regionais é composto por 15 colaboradores, em que 2 deles trabalham a tempo parcial.

Descrição	Nº Médio de Pessoas do período	Nº Médio de pessoas do período anterior
Pessoas remuneradas	15	16
Pessoas a tempo completo	13	14
Pessoas a tempo parcial	2	2
Pessoas ao serviço da Ordem por sexo	15	16
Masculino	6	6
Feminino	9	10

18.2 Benefícios dos empregados e encargos da entidade

(em euros)

Descrição	31/12/2015	31/12/2014	Varição
Gastos com o pessoal	390 451,53	401 554,09	-11 102,56
Remunerações do pessoal	310 964,01	322 947,33	-11 983,32
Encargos sobre remunerações	65 752,03	64 321,12	1 430,91
Seguros de Acidentes no trabalho e doenças profissionais	12 653,81	13 187,61	-533,80
Outros gastos com o pessoal	1 081,68	1 098,03	-16,35

19. Imparidades

As perdas por imparidade em dívidas a receber relativas a associados ascenderam no exercício de 2015 a 149.864,20 euros, um acréscimo de 10.632,97 relativamente a 2014. De forma consistente com os exercícios anteriores, o valor dos ajustamentos de dívida a receber de associados reflecte a totalidade do valor das dívidas de associados até ao final do ano de 2014.



33

(em euros)

Perdas por imparidades	31-12-2015	31-12-2014	Varição
Outras dívidas a receber	149.864,20	139.231,23	10.632,97
Reversão	-15.919,89	0,00	-15.919,89
Total	133.944,31	139.231,23	-5.286,92

20. Outros Rendimentos e Ganhos

Os Outros Rendimentos e Ganhos incluem:

(em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014	Varição
Rendimentos suplementares sub-locação à C.C. Luso Britânica	2.690,52	2.690,52	0,00
Recuperação de dívidas a receber	0,00	8.874,15	- 8.874,15
Correcções relativas a períodos anteriores	14.194,66	0,00	14.194,66
Restituição de impostos	49,91	0,00	49,91
Outros não especificados	661,16	650,66	10,50
Juros obtidos	34.398,55	54.448,75	- 20.050,20
Total	51.994,80	66.664,08	-14.669,28

20.1 Juros Obtidos

Valor dos juros referentes ao período, com a seguinte decomposição por banco:

(em euros)

Bancos	Juros de 2014 recebidos em 2015	Juros Recebidos	Juros de 2015 a receber em 2016	Total
Montepio Geral	-1 747,91	6 142,92	0,00	4 395,01
BANIF	-6 258,09	10 131,56	0,00	3 873,47
Millennium BCP	-2 537,74	6 218,05	2 952,70	6 633,01
CGD	0,00	0,00	25,62	25,62
Novo Banco	-3 440,65	10 262,50	3 423,41	10 245,26
Best	0,00	9 226,18	0,00	9 226,18
Total	-13 984,39	41 981,21	6 401,73	34 398,55

34

21. Outros Gastos e Perdas

Os valores registados em “Outros Gastos e Perdas”, correspondem a:

(em euros)

Descrição	31-12-2015	31-12-2014	Varição
Impostos	718,94	888,81	-169,87
Dívidas Incobráveis	4.940,00	0,00	4.940,00
Donativos	250,00	474,00	-224,00
Quotizações	15.779,99	8.620,00	7.159,99
Insuficiência Estimativa Impostos	0,00	2.862,21	-2.862,21
Correcções relativas a períodos anteriores	1.690,48	0,00	1.690,48
Outros gastos e perdas - Prémios (Teses)	7.500,00	3.750,00	3.750,00
Outros Juros suportados	327,38	0,00	327,38
Total	31.206,79	16.595,02	14.611,77

22. Gastos de Depreciação e Amortização

No ano 2015 foram reconhecidos 10.985,19 euros de depreciações e 20.829,52 euros relativos a amortizações, totalizando 31.814,71 euros, de acordo com os quadros seguintes:

(em euros)

Depreciações Activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções	Ferramentas e utensílios	Administrativo	Outros	Total
Depreciações acumuladas iniciais	76 062,03	91,30	399 201,43	22 017,72	497 372,48
Alienações / Abates	0,00	0,00	-14 430,05	0,00	-14 430,05
Depreciações do exercício	964,54	108,15	9 083,28	829,22	10 985,19
Depreciações acumuladas finais	77 026,57	199,45	393 854,66	22 846,94	493 927,62

(em euros)

Amortizações Activos intangíveis	Programas de computador	Total
Amortizações acumuladas iniciais	227 762,29	227 762,29
Amortizações do Exercício	20 829,52	20 829,52
Amortizações acumuladas finais	248 591,81	248 591,81

35

23. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do exercício findo, em 31 de Dezembro de 2015, foram autorizadas para emissão, pela Direcção, em 2 de Março de 2016.

Direcção

Qui Deas Sant
Quincy
Am... ..
[Signature]
L.T.

[Signature]
Contabilista Certificado

Conselho Fiscal

Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2015

Em cumprimento do Estatuto da Ordem dos Economistas, apresentamos o Relatório da nossa actividade e o Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas apresentado pela Direcção da Ordem dos Economistas, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.

Analisámos os documentos apresentados pela Direcção, designadamente o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, nomeadamente o Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.

Foram-nos prestados, quer pela Direcção, quer pelos Serviços, todos os esclarecimentos solicitados.

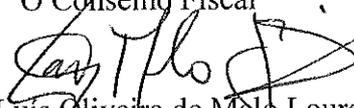
Em resultado dos exames efectuados, é nossa convicção que o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pela Direcção satisfazem as disposições estatutárias.

Tendo por base as verificações efectuadas, somos de parecer:

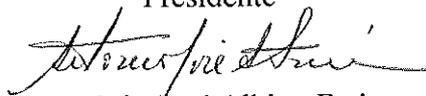
- 1 - Que sejam aprovados o Relatório de Gestão e Contas apresentados pela Direcção, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2015.
- 2 - Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pela Direcção.

Lisboa, 10 de Março de 2016

O Conselho Fiscal



Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro
Presidente



António José Albino Freire
Vice-Presidente



José António Mascarenhas Pedroso
Vogal